



Histórias da VISA Real

Histórias da VISA Real

Volume IV

*Síndrome do "Levar Vantagem":
interesses individuais em detrimento do
coletivo e Situações Inusitadas*

**Daniella Guimarães de Araújo
Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Marilene Barros de Melo**
(Organizadores)

**BELO HORIZONTE
ANVISA
ESP-MG
NESCON-UFMG**

2010

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA - ANVISA**

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde
José Gomes Temporão

Diretor Presidente da Anvisa
Dirceu Raposo de Mello

Diretores
Maria Cecília Martins Brito
José Agenor Álvares da Silva
Dirceu Brás Aparecido Barbano

Núcleo de Educação, Pesquisa e
Conhecimento – NEPEC
Daniella Guimarães de Araújo – Chefe do
NEPEC

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS - ESP/MG**

Diretora-Geral da ESP - MG
**Tammy Angelina Mendonça Claret
Monteiro**

Superintendente de Educação
Thiago Augusto Campos Horta

Superintendente de Pesquisa
Marilene Barros de Melo

Superintendente de Planejamento, Gestão e
Finanças
Tania Mara Borges Boaventura

Assessora de Comunicação Social
Fabiane Martins Rocha

Assessor Jurídico
Audrey Silveira Batista

Auditora Geral
Nina de Melo Dável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS - UFMG**

Reitor
Clelio Campolina Diniz

Vice-Reitora
Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitor de Extensão
João Antônio de Paula

Faculdade de Medicina da UFMG

Diretor
Francisco José Penna

Vice-Diretor
Tarcizo Afonso Nunes

**Núcleo de Educação em Saúde Coletiva
(Nescon) da Faculdade de Medicina da
UFMG**

Coordenador em exercício
Edison José Correa

Assessora de Comunicação Social
Zirlene Lemos

**Centro Colaborador em Vigilância
Sanitária - Cecovisa/Nescon - UFMG**

Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Lídia Maria Tonon
Maria da Consolação Magalhães Cunha

Série Histórias da VISA Real

Organizadores

Daniella Guimarães de Araújo (Anvisa)

Gustavo Azeredo Furquim Werneck

(Nescon)

Marilene Barros de Melo (ESP-MG)

Equipe Técnica

Projeto Gráfico

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Diagramação

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Leonardo Víctor Lucas Santos (ESP-MG)

Ilustração

Adriana Drummond

Vídeos e fotografias

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Criação Multimídia

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Produção Editorial

Zirlene Lemos (Nescon)

Bibliotecária

Carla Adriani Oliveira (ESP-MG)

Revisão

Alessandra Patrícia de Souza Santos (ESP-

MG)

Colaboradoras

Fabiane Martins Rocha (ESP-MG)

© 2010, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP/MG), Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina/UFMG (Nescon)

A reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação é permitida desde que seja citada a fonte e a finalidade não seja comercial.

Os créditos deverão ser atribuídos aos respectivos autores.

Histórias da VISA Real / Daniella Guimarães de Araújo, Gustavo Azeredo Furquim Werneck, Marilene Barros de Melo (organizadores). -- Belo Horizonte : Anvisa, ESP-MG, Nescon/UFMG, 2010.

e-book ; 47 p. ; v. 4 + vídeo de 30 s

Conteúdo: v. 4. Síndrome do "Levar Vantagem": interesses individuais em detrimento do coletivo e situações inusitadas.

ISBN : 978-85-60914-04-3

1. Vigilância sanitária. 2. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, rotinas de inspeção. 3. Anvisa, rotinas de inspeção. I. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. IV. Título.

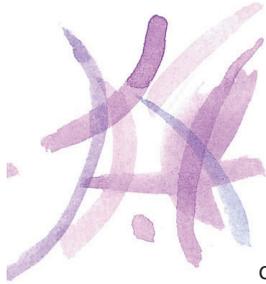
NLM WA 672

Sumário

Apresentação	6	Inspeção ajuizada	23
Daniella Guimarães de Araújo		Maria José Raimundo Drummond	
Prefácio	8	Manda quem pode, (des)obedece quem tem juízo	25
Maria Cecília Martins Brito		Gustavo Werneck	
A dispensa	11	O advogado é meu amigo e nada me faltará	27
Márcia Vieira Teixeira		Fabricio Zerves	
A dor e a delícia de ser um trabalhador da VISA	12	O amigo do prefeito	29
Ana Paula C. De Moraes Pereira, Claudine Telles de Araújo		Tânia Silva	
A exoneração	15	O chefe é meu irmão de igreja	30
Márcia Vieira Teixeira		Ronildo Alves Correa dos Santos	
Amigo do Deputado	16	Porcos na delegacia	31
Maria Alice de Almeida		Francisco Carlos Pasti	
A VISA e o porco	17	É igual, mas certamente não é o meu	34
Tânia Silva		Aloísio de Souza Sabença	
Como assim?	18	O queijo	36
Maria Alice de Almeida		Cláudia Parma Machado	
Crenças e princípios não têm preço	19	A radiação que fazia bem!	37
Áureo dos Santos		Margot Schmidt	
Dia-a-dia na VISA	20	Loucuras da VISA	38
Denise Sanches Romero Menezes		Maria Alice de Almeida	
Festa de rodeio	22	Dez estrelinhas	39
Pollyanna Aparecida de Freitas Simões		Maria Natália da Conceição Silva Bastos	

Falso dentista, falso alemão!	40
Regina Câmara Santana, Lilia Márcia de Almeida	
Histórias da VISA Real	41
Simone Ribas	
Ninguém merece...	42
Soraya Campos Babo	
Interdição dá "cadeia"	43
Suely Vidigal	
A sorte do frei	44
Teresa Machado Pereira	
VISA! Mil e uma utilidades...	46
Ewerton Barcelos Lacerda	
Transporte em porta-malas	47
Autor não localizado	

Apresentação



Um seminário na Bahia aborda o diálogo entre diversos sujeitos institucionais. No Piauí é a visão da cólera espalhada que torna perplexos os trabalhadores. Em Minas a equipe de vigilantes se reúne para contar histórias e pensar sobre elas, alguém sonha com um outro abrigo para meninas e com uma creche que não seja ilusão. No Rio Grande do Sul é na igreja durante o sermão do padre que a Vigilância Sanitária aproveita para debater a febre aftosa enquanto em outras bandas, um técnico almoça com *Bonnie & Clyde*. É de Natal a memória de um doce chamado *alfinim*, a força de muitos para descobrir enfim *metamidofós* na rapadura contaminada, que é doce mas não é mole não. No Rio, uma técnica se esconde de uma foice, um outro descreve a metáfora das burocracias e das baratas. Em Goiás é a interdição sob ameaças de uma indústria clandestina. De São Paulo, a denúncia sobre os urubus e o *pó mágico da dolomita* que curava tudo. Do Paraná uma possível *cabala radioativa*, energia do bem. Santa Catarina educa sobre os cuidados com os rios, do Distrito Federal vem o caso do pneu furado do avião que não chega a tempo. De Pernambuco a máquina que prometia curar.

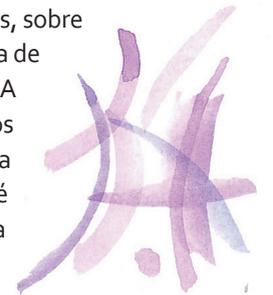
Estas são **Histórias da VISA Real**, vindas de diversas regiões deste largo país que abriga diferentes feições e diferentes feitos. Histórias narradas por trabalhadores da Vigilância Sanitária que em

seu ofício em defesa da vida mostram o que são e sonham, o que fazem para desfazer os riscos, que crenças e valores trazem na mente, que força de luta sustentam. Para contornar as réplicas e os particularismos, as diferentes visões de saúde e mundo que suportam no dia a dia. Díficeis trajetos e projetos.

Estes seres, narradores expressivos, agora nos permitem este diálogo em perspectiva onde as vozes se misturam e outros textos serão produzidos, a partir da leitura dos contextos, onde cada palavra não é apenas palavra, mas um misto de significados coletivamente construídos.

Agradecemos a estes trabalhadores que no entremeio das ações diárias e complexas, abriram um parênteses para elaborar uma narrativa, contar uma história acontecida e compor este registro que nos surpreendeu pelo resultado: em setenta dias, apenas com divulgação eletrônica, recebemos 189 histórias.

Histórias da VISA Real nos oferece a oportunidade de refletir sobre as vozes destes trabalhadores/autores, sobre as vivências escolhidas e sobre a perspectiva de novas tecnologias em pesquisa. A oportunidade de registrar a memória dos caminhos e cuidados em Vigilância Sanitária por meio da palavra escrita de quem é intenção e gesto. Inteligência desdobrada em atitude. Virtude que não emudece.



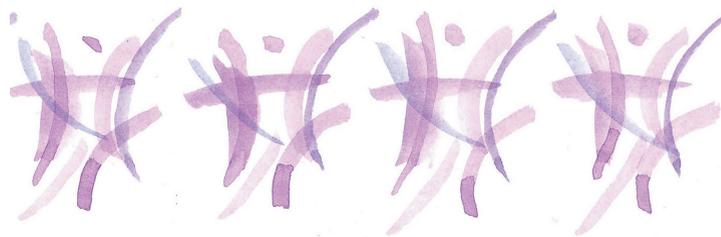
Surpreendeu-nos a riqueza do conteúdo enviado, a pertinência das histórias, a aceitabilidade de um projeto incomum. E principalmente o desejo revelado por muitos colegas de participar e de alguma forma, acompanhar este percurso.

Esperamos que o aprendizado de seus significados nos faça mais atentos às subjetividades e ao empoderamento dos trabalhadores na defesa do tema da Vigilância Sanitária no SUS. Mais aptos a minimizar os riscos à saúde. Mais capazes de entender as representações sobre a VISA entre os nossos cidadãos. Talvez assim se diminuam as réplicas e nenhum proprietário use mais a peixeira ou a foice. Nenhum juiz compareça à inspeção sanitária por ser irmão do dono da Farmácia autuada. Nenhum secretário de saúde autorize o funcionamento de bancos de sangue em condições adversas. Talvez assim não seja preciso ligar para a VISA para denunciar o canto do galo e a briga do vizinho. E a técnica não precise andar a pé pelo centro da cidade no sol de 40 graus levando amostras coletadas para o laboratório central. Talvez se apodere mais de instrumentos participativos, do diálogo como o *"pó mágico"* e não haja buracos na porta de entrada. Talvez a vigilância que se faz a favor da vida prevaleça sobre os ditames do mercado.

Sabemos que cada uma dessas narrativas - situadas na complexidade e na liquidez deste cenário contemporâneo - conformam o tecido de uma narrativa maior que é a da própria Vigilância Sanitária enquanto nossa melhor utopia.

Daniella Guimarães de Araújo

Chefe do NEPEC - Anvisa



Prefácio

A Vigilância Sanitária - VISA faz a defesa da saúde, realizando ações no âmbito das práticas de saúde coletiva, assentadas no conhecimento técnico-científico e em bases jurídicas. Tem a finalidade de impedir que a população seja exposta a riscos, combatendo ou minizando as causas dos efeitos nocivos que possam ser gerados na produção e na circulação de bens, ou na prestação de serviços de interesse à saúde. É a parcela do poder de polícia do Estado incumbida de assegurar o bem estar geral, regulando as ações de saúde, impedindo o exercício anti-social dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade, compatibilizando os direitos individuais com o bem estar social.

A sua história é a história do Brasil, onde se destaca a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, que marcou o início da implantação do controle sanitário do porto, seguida da criação da Inspeção de Saúde Pública, com o objetivo de efetuar o controle sanitário dos produtos e dos estabelecimentos, combater a propagação de doenças, principalmente as epidêmicas, resolver questões de saneamento e fiscalizar o exercício profissional na área da saúde. Desde então profissionais, dotados do poder discricionário enquanto agentes públicos integram uma rede de proteção e promoção da saúde, desenvolvendo com ética, compromisso e responsabilidade, ações de orientação e prevenção na área de VISA.



A estes agentes cabe a incumbência de exercer a VISA, atuando na verificação da adequação aos regulamentos sanitários pelos estabelecimentos, produtos e serviços sujeitos a VISA, determinando a necessidade de correção de irregularidades e adoção de providências saneadoras, educativas ou repressivas para o resguardo da saúde coletiva como: apreensão, interdição e destinação de produtos impróprios ao consumo, interdição de estabelecimentos, monitoramento de produtos, dentre outras.

A complexidade da VISA demanda a articulação de um amplo conjunto de conhecimentos. Estes saberes e modos de fazer de VISA, com as diversidades, dificuldades e enfrentamentos inerentes são diuturnamente demandados aos trabalhadores da área, na sua rotina profissional. O universo de profissionais trabalhadores de Vigilância Sanitária foi descrito no Censo de VISA/2004, onde mais de trinta mil trabalhadores foram identificados e estão distribuídos nas três esferas de governo e em todos os estados da federação.

Neste sentido o Centro Colaborador em Vigilância Sanitária do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais – CECOVisA/NESCON/UFMG em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP/MG oferece as **Histórias da VISA Real**, oportunizando a troca de experiências acerca do trabalho de VISA, dando voz aos que atuam na área através de narrativas de profissionais de diversas regiões do país. A arte de contar histórias, objeto deste estudo, se apresenta como uma forma de disseminação do conhecimento, participando do vasto campo de educação e pesquisa em VISA. Este rico processo contribuirá na harmonização da gestão do trabalho em VISA, na tomada de decisões e definições de políticas e planejamento, e na construção da memória da vigilância sanitária.

Maria Cecília Martins Brito
Diretora da ANVISA





Resultados do modo de fazer em VISA

A dispensa

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Em 11 de outubro de 2009.

Comprovávamos nosso trabalho de fiscalização apresentando ao coordenador da VISA os talonários de notificação. Entretanto, em determinada época, ficamos sem coordenador, sem veículo para a fiscalização e sem os talonários, que chegaram ao fim. Por mais que fizéssemos solicitações, não confeccionavam os talonários novos. Os funcionários pediram que eu tomasse providências, argumentando que eu era a única com nível superior e não “morava no município”!

Como só havia duas folhas no talonário de notificação, para mexer com os brios da administração, escolhi duas reclamações: uma sobre o péssimo estado dos banheiros da prefeitura e outra contra o Secretário de Agricultura que lavava seu canil e jogava a água de lavagem na rua.

Seria desnecessário contar o fim dessa história, pois é lógico que fui dispensada no mesmo dia, porém, o Prefeito, precipitadamente, para dispensar-me alegou que eu não trabalhava. Recorri contra o ato de dispensa apresentando todas as documentações assinadas por mim, argumentando que ele poderia me dispensar por outro motivo, mas nunca por não trabalhar.

Ele reconsiderou e hoje a prefeitura está novíssima e com banheiros de primeiro mundo!



A dor e a delícia de ser um trabalhador da VISA

Ana Paula C. De Moraes Pereira
Claudine Telles de Araújo
Bahia



Muitos são os desafios que os profissionais da área de saúde enfrentam no cotidiano das suas atividades, principalmente aqueles que se dedicam ao campo da Vigilância Sanitária e Ambiental. O mundo contemporâneo impõe a nós, trabalhadores da saúde, a aquisição de novas habilidades e competências para atuarmos frente às demandas sociais, às legislações, aos avanços científicos e tecnológicos, às transformações da economia e sua relação com a sociedade sob a égide do capitalismo e da globalização. Entretanto, apesar do avanço tecnológico nas mais diversas áreas e a conseqüente melhoria das condições de vida da população, questões relacionadas à ética e à moralidade na gestão pública são pouco discutidas, uma vez que, como servidores de VISA, vivenciamos fatos de natureza vergonhosa praticada pela maioria dos gestores públicos, principalmente na região Nordeste do Brasil, onde patrocinam essencialmente seus interesses políticos e pessoais, quando deveriam defender e proteger a saúde da coletividade, com amparo na legislação sanitária vigente. Aliás, não foi para isso que foram eleitos? A realidade, no cotidiano profissional, porém, mostra sua face cruel, pois essa prática é vista como “normal” e dita como fruto da colonização do nosso país. Será isso mesmo ou falta de caráter e de compromisso social?

Passamos agora a relatar um fato ocorrido em 2003, enquanto atuávamos na VISA municipal. Existiam no município várias drogarias irregulares, as quais apresentavam inúmeras infrações, desde estabelecimentos que não possuíam responsável técnico (RT) até a comercialização de produtos estranhos ao comércio farmacêutico. A equipe da VISA priorizou atuar frente a esses estabelecimentos, onde inicialmente foi realizada visita com objetivo de verificar as não-conformidades, esclarecer acerca da necessidade de adequação, bem como notificar e estabelecer prazos para regularizar a situação encontrada. No decorrer do período, a equipe foi convidada à noite para realizar uma palestra sobre a situação da dengue, promovida pela “União das Associações dos Moradores do Município”, entidade que congrega associações de bairros, a de maior expressão social e política local.

A reunião contou com expressivo número de participantes e tudo transcorria normalmente. Em determinado momento, um dos representantes da associação, que também fazia parte da Associação

Comercial e Industrial Municipal, comentou sobre a ação arbitrária da VISA perante os donos de drogarias e que os mesmos tinham tomado as devidas providências para não acatarem os termos da notificação. E que se a VISA fosse cumprir a ação, passaria “vergonha fulminante”, pois os proprietários já estariam de posse de um documento elaborado pelo procurador municipal desfazendo o conteúdo dos atos emanados pela VISA.

Nessa reunião, estava presente também um vereador da situação, diga-se de passagem, do “movimento da esquerda”, que aproveitou a oportunidade para expressar seu apoio aos infratores e contrapor-se à VISA municipal. Foi literalmente um “rebu”; os participantes rindo da situação vexatória, apesar da equipe da VISA explicar todo o contexto. Fomos literalmente ridicularizados frente à população, cujo presidente da entidade associativa questionava o não-entrosamento entre os próprios órgãos da administração municipal, pois a VISA desconhecia os procedimentos adotados pelo procurador municipal. O senhor que proferiu a denúncia enfatizou que resolveu falar em virtude de reconhecer o trabalho dos técnicos de Vigilância Sanitária e Ambiental, apesar de não concordar com as medidas adotadas, já que, para ele, isso prejudicava os comerciantes e tirava o “pão da boca” dos trabalhadores das drogarias.

Ao término da atividade, o sentimento da equipe era de constrangimento, de algo surreal, pois pensávamos que essa situação estava mal esclarecida e que o procurador municipal “jamais” agiria de tal forma. No dia seguinte, relatamos o ocorrido ao diretor da VISA e fomos imediatamente ao gabinete do prefeito para as devidas explicações. O gestor encontrava-se fora do município, em viagem oficial à Brasília. No seu retorno, a Associação

Comercial e Industrial e a Câmara de Dirigentes Lojistas agendaram uma reunião no gabinete do prefeito, com os infratores e com a presença de um dos técnicos da VISA municipal, na qual fora explicada a legislação sanitária vigente, o risco da comercialização de medicamentos sem RT, entre outros.

Os comerciantes presentes à reunião alegaram que “as leis que respaldavam a atuação da VISA estavam obsoletas e que não deveríamos ser a palmatória do mundo e poderíamos continuar empurrando com a barriga, como sempre se fez”; que a legislação de medicamentos era antiga, ultrapassada, fora da realidade atual; e que crime era “roubar”, pois eles contribuíam para dar emprego às pessoas do município e que “isso, sim, é que era uma tremenda injustiça”. Aproveitaram a oportunidade para fornecer à técnica de VISA, na frente do prefeito, uma lista contendo os produtos que desejavam comercializar no interior das drogarias, tais como: botijão de gás, fotocopadora, chocolates, refrigerantes, sorvetes, sandálias de borracha, óleo comestível, petiscos, entre outros, todos considerados impróprios perante a Lei Sanitária. Passamos a esclarecer que não existe lei obsoleta desde que a mesma não tenha sido revogada e que nosso papel era primar e defender a coletividade em prol da saúde pública.

O que mais nos impressionou foi que o procurador municipal, na ausência do gestor, realmente tinha emitido um parecer contrário à ação da VISA municipal, favorecendo os comerciantes. Tivemos acesso extraoficial ao mencionado documento cujo conteúdo nos causara indignação e sensação de ingenuidade, por acreditarmos que tal situação fosse impossível de ocorrer, principalmente numa gestão municipal de caráter democrático, transparente, de essência esquerdista e que apresentava, nas representações dos quadros do

alto escalão, profissional do Direito contrário à legislação sanitária, pois o referido parecer afirmava que a Lei Federal 5.991/73 e a Lei Estadual 3.982/81 não possuíam aparato jurídico legal que fundamentasse a proibição exarada pela VISA nas intimações, acrescentando que no corpo do artigo, segundo o procurador municipal, “o legislador não teve a intenção de proibir nada, pois se assim o fosse teria declarado: é proibido às drogarias comercializar...; e que o princípio jurídico garante que o que não é proibido é permitido.” E ainda enfatizou que a VISA não é um órgão autônomo da Administração Central, embora assim se comporte.

Concluindo, sugeriu ao Poder Executivo que suspendesse as intimações exaradas pela VISA e que toda e qualquer ação que estivesse relacionada à legislação passasse primeiramente pelo crivo da Procuradoria Municipal. Salientamos que o gestor municipal não acatou a opinião expressa do procurador. Nutridos pela indignação, resolvemos enviar uma carta com Aviso de Recebimento

(AR) para a ANVISA, cuja postagem foi custeada pelos técnicos da VISA, no intuito de não permitir que as autoridades locais pudessem interferir no assunto posto e na tentativa de resgatar e fortalecer o papel da VISA no Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que entendemos que situações como estas só têm a contribuir para a desmoralização e para o desrespeito a tão importante instituição sanitária. Fato triste é que nunca obtivemos resposta da ANVISA à referida correspondência. Apesar disso, conseguimos continuar a realizar nossas ações, mesmo contrariando os “poderosos”. Desta maneira, concordamos com os escritos da psicóloga Kátia Queiroz¹, quando retrata “... é nesse exato momento que nos deparamos com uma triste realidade: os personagens que estavam distantes de nós ganham forma, corpo e nome semelhantes aos nossos. E passamos a fazer parte de uma história difícil, triste e que na maioria das vezes provoca cicatrizes por toda uma vida”. Assim, esse episódio ficou marcado como uma “cicatriz na alma” dos trabalhadores da VISA municipal na defesa do Sistema Único de Saúde.



¹ QUEIROZ, Katia. sexual: ccom esta realidade. Disponível em: www.cedeca.org.br/pdf/abuso_sexual_katia_queiroz. Acesso em: 22 de Setembro de 2009



A exoneração

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro

Em 11 de outubro de 2009.

Após a troca de prefeito, perdemos a gratificação de função e ficamos cinco meses sem salário.

Um determinado dia, por ter notificado um criador de cabra, fomos chamados pelo prefeito. O prefeito, contrariado com a notificação, alegou que o dono da criação “era do partido”.

Esclarecemos ao prefeito que, pela lei, era proibida a criação de animais na zona urbana e que poderiam ocorrer zoonoses. O prefeito, surpreendentemente, perguntou-me o que era zoonose e se não poderíamos modificar a lei.

Não aguentei a pressão do “Capitão Nascimento” e pedi ! exoneração.

Amigo do Deputado

Maria Alice de Almeida
Minas Gerais

Inspeção sanitária em indústria de alimento, de propriedade de um vereador, de uma pequena cidade na zona da mata mineira. Como de costume, após a inspeção, foi elaborado relatório onde constavam as irregularidades e estabelecido prazo para correção das mesmas, para posteriormente ser liberado o alvará sanitário.

Como o proprietário era político na região, pediu a interferência de políticos de “maior escalão” para resolver a questão, sobrepondo-se aos trâmites normais da VISA.

Dito e feito. Poucos dias depois, apareceu na coordenadoria da VISA estadual o chefe de gabinete de deputado majoritário da região. Conversou com o coordenador de VISA e este chamou o fiscal responsável pela ação e indagou o que havia ocorrido, como estava a situação da empresa para que pudesse ser liberado o alvará sanitário. Imediatamente o fiscal buscou o relatório e o mostrou ao deputado, dando ênfase à lista de irregularidades encontradas e o risco que o alimento representaria para a população, caso não fosse produzido de acordo com o recomendado pelo relatório. À medida que lia o relatório, seus olhos iam arregalando, o semblante ia mudando: – “Nossa, tudo isso?”

Imediatamente pegou sua pasta, levantou-se, desculpou-se e foi-se embora...



A VISA e o porco

Tânia Silva
Minas Gerais

O vereador, muito bravo, ligou para a VISA do interior de Minas e disse à secretária: o meu amigo Pedro é pobre e cria um porquinho no quintal. Eu mandei um cartão proibindo vocês de retirarem o porco dele de lá e vocês não me atenderam. O que está acontecendo?

A secretária, verificando os arquivos, respondeu:

– “Assim fica difícil, Sr. Vereador, porque anexo ao seu cartão tem outro pedido seu para retirar o porquinho do Seu Pedro que está incomodando os vizinhos. A qual dos amigos o Sr. pretende atender?” Muito sem graça, ele respondeu:

– “Eu ligo depois” - e até hoje a secretária está aguardando o retorno da ligação...



Como assim?

Maria Alice de Almeida
Minas Gerais



Era uma inspeção na indústria farmacêutica... Vieram fiscais da Superintendência de Vigilância Sanitária e a fiscal da VISA regional acompanhava a ação. A indústria era pequena, o proprietário acostumado a não cumprir exigências, sempre insinuava retaliações contra os fiscais, pois “tinha contatos políticos”. E a cada inspeção havia mudado o farmacêutico responsável técnico, enfim, era uma empresa “daquele jeito”, difícil de trabalhar... Ufa...

Lá pelas tantas, já finalizando a inspeção, os fiscais passaram para a verificação do processo e documentos.

Quando a fiscal perguntou ao farmacêutico responsável técnico pelo Manual de Boas Práticas e pelos Procedimentos Operacionais Padrão, ele, atônito, sem ter a mínima ideia do que se tratava e já assustadíssimo com tudo, perguntou:– “Como assim, a senhora quer dizer?”

Crenças e princípios não tem preço

Áureo dos Santos
Santa Catarina

Em 1987, vivenciou-se na Unidade Sanitária de Florianópolis, unidade pertencente ao antigo Departamento de Saúde Pública (DSP), vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, um fato merecedor de profundas reflexões. Antes de narrar o fato propriamente dito, cabe salientar que a Unidade possuía aproximadamente 250 servidores, entre os quais 90 médicos. Era referência estadual, por exemplo, para as doenças sexualmente transmissíveis. Das unidades básicas do DSP, era a de mais complexidade.

Vamos ao fato: num determinado dia, o Setor de Vigilância Sanitária da Unidade recebeu uma denúncia de que uma escola estadual apresentava no pátio uma fossa saturada, cujos dejetos estavam transbordando, espalhando-se pelo pátio, e que na hora da entrada, do intervalo e da saída da escola as crianças caminhavam livremente sobre fezes e urina.

Após ser anuído pelo servidor receptor da denúncia, o coordenador da unidade determinou que uma equipe de fiscais se dirigisse até o local para averiguar a situação e tomar as providências legais, cabíveis e necessárias. Os fiscais telefonaram da escola informando que a situação estava bastante preocupante e que oferecia altíssimo risco à saúde do sujeito individual e coletivo (alunos e funcionários). Foi quando, então, tomaram a decisão de interditar a escola, determinando por meio da lavratura de auto de

intimação que os alunos fossem dispensados por prazo indeterminado até que a escola providenciasse a definitiva solução do problema. Até aí, tudo bem? Não! Eis que o coordenador da unidade recebe uma ligação de uma autoridade hierarquicamente superior, do alto escalão do governo, perguntando o que havia acontecido e ao mesmo tempo determinando que a escola fosse reaberta imediatamente. O coordenador explicou que se tratava de uma situação que oferecia risco iminente à saúde individual e coletiva dos alunos e funcionários e que, em razão das evidências, não iria reabrir a escola, mesmo porque estava legalmente amparado. Conclusão: no dia seguinte, o servidor perdeu o cargo comissionado de coordenador da Unidade Sanitária de Florianópolis e a escola reabriu somente após uma semana quando o problema estava devidamente solucionado. Reflitam e tirem suas conclusões!



Dia-a-dia na VISA

Denise Sanches Romero Menezes
Paraná



Sou farmacêutica-bioquímica, funcionária concursada de uma cidade do interior do Paraná desde 2004. Estou na VISA municipal faz três anos e meu maior desafio foi a inspeção de duas farmácias de manipulação. Nessas farmácias foram encontradas diversas irregularidades, desde vender produtos sem receita, manipular estoque mínimo de todos os tipos de insumos, inclusive os da Portaria 344/98, até a troca de insumos, como no caso de uma fórmula de ácido acético 5%, tendo sido manipulado ácido tricloroacético, que causou queimaduras graves na paciente do consultório ginecológico. Além disso, destaca a falta de preparo dos profissionais que trabalham nessa área. É impressionante pensar que numa farmácia de manipulação pode haver tanta contaminação cruzada, mas isso não é levado a sério pelos profissionais que valorizam antes de tudo o retorno financeiro.

Falando nisso, quando a RDC 67/07 entrou em vigor, a situação piorou, já que as duas farmácias que não atendiam vários requisitos da Resolução 33/00 teriam que investir muito mais tempo e dinheiro para se adequarem à nova Resolução sobre farmácias de manipulação. Estas receberam três intimações cada uma, num período de seis meses, para se adequar à RDC67/07, mas a desculpa era sempre a mesma: a falta de recursos para investimento. Você deve estar se perguntando por que as farmácias não foram infracionadas. Esse é outro problema que eu enfrento desde que entrei na VISA local. É muito forte o poder político que as empresas

de pequenas cidades exercem sobre a prefeitura e, consequentemente, sobre a Secretaria de Saúde e a VISA local.

Depois de serem intimadas três vezes, eu pedi à minha secretária de saúde na época que me deixasse solicitar apoio técnico da Regional de Saúde para realizar inspeções, mas eu fui proibida por se tratar de um ano político. E como eu me recusei a liberar licença sanitária aos estabelecimentos, a própria secretária de saúde assinou a licença sanitária para que as farmácias que participavam do processo licitatório da prefeitura pudessem fornecer os medicamentos para os pacientes do município.

Este ano a gestão da prefeitura mudou, mas a situação continuou a mesma, para não dizer pior. Quando decidi pedir apoio para a regional de saúde, que prontamente me atendeu, fomos visitar as duas farmácias. A situação era caótica, tentamos comunicar o fato para minha secretária de saúde, que levou um susto. Ao mesmo tempo, o prefeito já sabia o que tinha acontecido, comunicado, é claro, pelas duas empresas. Resultado: nós fomos impedidos de interditar as respectivas farmácias. Uma delas decidiu fechar as portas, por não ter condições financeiras de continuar depois das infrações impostas, mas a segunda farmácia decidiu comprar briga com a VISA local e com a regional. Ela foi punida com infração sanitária depois da inspeção que durou cinco dias, mas não pôde ser interditada, também por exigência da secretária de saúde.

O processo administrativo foi instaurado, mas depois de quatro meses da infração a farmácia ainda não havia cumprido os mais de 30 itens imprescindíveis apontados no relatório de inspeção. Para isso, foi acordado um termo de ajustamento de conduta, no qual a farmacêutica, proprietária da farmácia, se comprometeu a realizar todas as solicitações da VISA local. Isso significa que a farmácia pode continuar manipulando medicamentos com qualidade duvidosa até que se adeque ao exigido em relatório de inspeção.

Foi uma situação muito desgastante para mim, pois eu fui duramente criticada pela secretária de saúde por minha conduta. Ela achou e ainda pensa que eu estava tentando prejudicar a imagem do prefeito. Fiquei profundamente decepcionada com a falta de apoio dela, mas não a culpo, sua visão da situação é política e eu, obviamente, estava pensando apenas como técnica na falta de ética de muitos profissionais que exercem o seu trabalho apenas pensando no lucro a qualquer custo, sem se lembrar de que a vida e a saúde daqueles a quem eles prestam serviço são muito mais importantes. Mas se todos tivessem esta visão, não existiria a Vigilância Sanitária.



Festa de rodeio

**Pollyanna Aparecida de Freitas Simões
Minas Gerais**

Numa tarde de sábado o promotor liga para a residência da diretora da VISA, solicitando uma intervenção na festa de rodeio que acontecia em uma exposição agropecuária da cidade. Exigia o cumprimento das legislações pertinentes, relacionadas à saúde do trabalhador. Um peão de rodeio havia se acidentado gravemente e estava na UTI do Pronto-Socorro em mau estado. A VISA, diante disto, notificou o promotor de eventos do rodeio para cumprimento da legislação e deu o prazo de duas horas para apresentação da documentação exigida. Devido ao não-cumprimento do prazo, o rodeio foi interditado diante de vinte mil pessoas que aguardavam. Mas, para surpresa dos técnicos, o juiz concedeu liminar de liberação e a interdição foi suspensa. Tudo acabou em festa e a VISA, com cara de enterro, voltou "pra casa abatida, desencantada da vida..."



Inspeção ajuizada

**Maria José Raimundo Drummond
Minas Gerais**

Em meados de 2006, lá no sul de Minas Gerais, um farmacêutico proprietário e responsável técnico pelo estabelecimento não conseguiu a liberação do alvará sanitário para sua farmácia de manipulação e acusou a VISA municipal, responsável pela inspeção, de perseguição. Então, pediu a seu irmão, Juiz de Direito, para interceder junto à Regional de Saúde para que fossem tomadas as providências, alegando que a fiscal do município estava dificultando as coisas. Afinal, ele “já havia providenciado toda a documentação. Os procedimentos estavam corretos, o manual em ordem e a área física estava igual ao projeto arquitetônico aprovado.”

O diretor da Regional de Saúde solicitou à técnica da Regional que dedicasse atenção especial, afinal era pedido de um juiz da cidade, irmão do referido farmacêutico.

Logo, foram fiscal regional e fiscal municipal para decidirem a questão. Chegaram ao estabelecimento e eis que, sob o umbral da porta, à espera, o farmacêutico as conduziu a um canto onde estavam os documentos sobre a mesa.

Para surpresa das fiscais, a farmácia estava em funcionamento e entrando freguês um atrás do outro, mas o farmacêutico dizia: – “Ainda não estamos funcionando!” - piscando, num sinal de cumplicidade com o freguês.

De repente, notaram um freguês de terno, em pé, em pose de guarda-costa, junto da equipe.

Esperaram que o farmacêutico o dispensasse. Nada.

–“O que este homem está esperando?” - pergunta uma fiscal.

–“... Este é meu irmão, ele veio acompanhar a inspeção”.

Bem, sob pressão tem mais emoção. Vamos mostrar como esse negócio (a VISA) funciona e como esse negócio (a FARMÁCIA) não funciona - conversam as fiscais telepaticamente.

Área física: – “Por favor, mostre-nos os laboratórios de manipulação” - solicitam as fiscais.

– “A área não foi fechada até o teto, como no projeto arquitetônico?” - perguntam



as fiscais. O farmacêutico escorrega: – “Mas falaram que a divisória podia ter dois metros”.

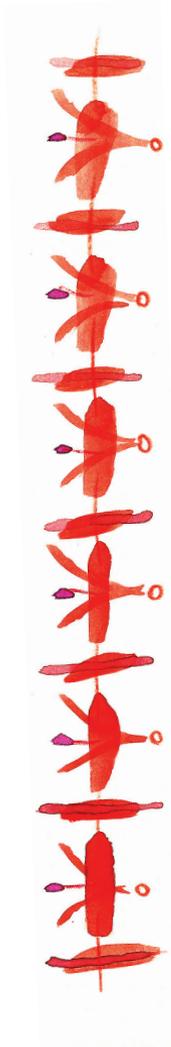
Argumentam as fiscais que havia risco ali, por isso e por aquilo; que não tinha exaustão; que o projeto aprovado não fora atendido aqui e acolá.

Documentação: – “O cabeçalho diz Farmácia São José. O nome do seu estabelecimento não é Farmácia Botânica?”

Como o procedimento para operação do sistema de água se refere a deionizador e o seu sistema de obtenção de água é por destilação?

A análise de água deu contaminação. Que providências você tomou? Nenhuma?! Por que não começou a manipular?! Mas no “seu” procedimento, quer dizer, neste procedimento estão definidas providências que deveriam ter sido tomadas e registradas”.

Isto sendo assistido pelo irmão (JUIZ), que só observava.



As fiscais só achavam não-conformidades...

Apontavam e esclareciam a importância de providências para garantir a qualidade dos medicamentos a serem manipulados e dispensados.

Ressaltavam a responsabilidade do farmacêutico do estabelecimento de estabelecer rotinas de trabalho de acordo com as referências técnicas, farmacopeias, normas que estavam à disposição do setor regulado nos sites oficiais.

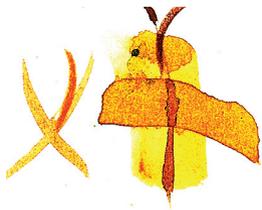
De repente, o JUIZ bateu no ombro do seu irmão farmacêutico e diz: – “Faça tudo como elas determinarem”.

Despede-se das fiscais e se retira do recinto.

Conclusão: a farmácia virou drogaria e atendeu às normas para obter o licenciamento.

Registre-se na história da VISA: fiscais fazem inspeção sob supervisão e aprovação do Poder Judiciário!!!

Manda quem pode, (des)obedece quem tem juízo



Gustavo Werneck
Minas Gerais

Este fato ocorreu no final dos anos 80, quando a epidemia de AIDS começava a mostrar sua cara para o Brasil, acometendo grandes personalidades da sociedade e do meio cultural nativo. Particularmente, tinha causado grande comoção a morte do cartunista e escritor Henfil, contaminado pelo vírus letal através de uma transfusão sanguínea. Seus dois irmãos, o músico Mário e o sociólogo Betinho também haviam contraído a doença pela mesma via. A situação dos bancos de sangue em todo o país foi declarada calamitosa, com inteiro descontrole por parte dos profissionais de saúde e, em especial, da combatida vigilância sanitária, órgão responsável por garantir a qualidade do sangue e dos seus derivados para toda a população.

Recém-chegado ao serviço público, fui incumbido pelo secretário estadual de saúde de verificar a situação dos bancos de sangue na região metropolitana de Belo Horizonte e estabelecer novas regras para orientar o funcionamento desses serviços de saúde.

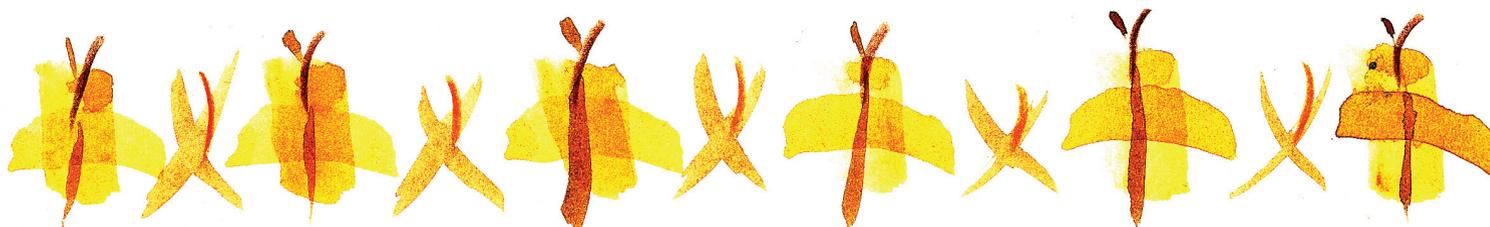
De posse de um cadastro totalmente desatualizado, parti em minha motocicleta para uma visita surpresa a todos os hospitais e clínicas que pudessem eventualmente possuir serviço de hemoterapia. Levava nas mãos uma nova ficha de cadastro e uma lista de instruções para readequação dos bancos de sangue, elaborada com orientação dos profissionais do Hemominas, órgão criado há pouco tempo no estado.

Num primeiro olhar, pude constatar que alguns bancos de sangue tinham boa organização e inspiravam confiança, outros mostravam certo imprevisto,

enquanto alguns não apresentavam qualquer condição de funcionamento. Para todos eram repassadas as novas exigências da SES e dado um prazo para readequação. Em alguns casos, a situação era tão caótica, que não havia remédio senão interditar o estabelecimento.

A cada interdição, surgia, em meio aos holofotes, um secretário de saúde cheio de si, para faturar dividendos políticos em entrevistas coletivas dadas à mídia sedenta de notícias: “a equipe de fiscais da SES está em campo para solucionar definitivamente o problema dos bancos de sangue em Minas Gerais”. O que ninguém sabia era que a equipe da SES era eu e eu mesmo, transportado by myself e com nenhum apoio oficial.

Tudo muito bom, tudo muito bem, até que a bola da vez foi o banco de sangue do hospital onde trabalhava o próprio secretário de saúde. A situação precaríssima desse serviço já havia sido identificada e, mesmo após várias visitas e muito prazo, nenhum resultado concreto fora observado. A certeza de estar



acima da lei era total! Até que, um dia, uma denúncia de falsificação de exames feita pelos próprios funcionários levou-me a interditá-lo por tempo indeterminado. Qual não foi minha surpresa ao saber que o secretário mandara reabrir o banco de sangue menos de duas horas depois.

Indignado, tratei de informar os principais jornais, que na manhã seguinte já estampavam o caso em primeira página. Cobrado pela mesma mídia, o responsável-mor pela saúde pública no estado tratou de usar a velha tática de desqualificar a ação do fiscal, tratando-a como intempestiva e sem bases técnicas. Reagi à altura, afirmando que aquele sangue era bom para os pobres e indigentes do hospital e desafiei o secretário a permitir que fosse transfundido em alguém de sua família. A tréplica veio truculenta, com intimidações e ameaças de demissão.

O que se seguiu foi uma batalha nos jornais, rádios e televisão, que durou aproximadamente duas semanas. Convocada, a “turma do deixa disso” entrou em ação com a velha estratégia de cooptação em reuniões técnicas que tinham como objetivo convencer-me a recuar e calar. Foi nessa ocasião que conheci a expressão “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, repetida por um suposto

sanitarista. Totalmente desprovido desse tal juízo, segui em minha luta solitária, insistindo na correção de minha ação fiscal, chamando a atenção para a gravidade do problema e a falta de estrutura da VISA no estado.

Pouco a pouco foram surgindo opiniões de especialistas em meu favor, seguidas pelos sanitaristas e outros profissionais de saúde, que pouco a pouco foram mobilizando a opinião pública e deixando cada vez mais isolada a direção da SES. A pá de cal veio com a divulgação do laudo de análise de amostras coletadas pelo hemocentro no tal banco de sangue, que determinou que 10% delas estavam impróprias para utilização, seja por contaminação ou por mau estado de conservação. Não restou alternativa à VISA estadual senão interditar novamente o estabelecimento.

Apesar de sair vitorioso, fui destituído da função de fiscal de bancos de sangue da região metropolitana de Belo Horizonte e colocado na geladeira por quase um ano. Meu ponto e horário eram cobrados com rigor, sem que nenhuma função me fosse repassada. Considero que esse caso foi importante para divulgar a ação da VISA e ajudar na reflexão ainda incipiente de suas fragilidades e da necessidade de sua inserção no SUS.

O advogado é meu amigo e nada me faltará

Fabrizio Zerves
São Paulo

Numa galáxia muito distante desta em que vivemos (pois só assim dá para entender certas coisas que nos acontecem, pois só coisas do outro mundo!), numa bela manhã de quarta-feira de 2007, estava o Super V, que é um superagente da Vigilância Sanitária com poderes inimagináveis para qualquer ser do planeta Terra. Tem poderes desde a habilidade de se teletransportar para entregar comunicados CVS até mudar estruturas e objetos de lugar com apenas o poder de um movimento de caneta (para escrever uma orientação educativa ou aplicar uma autuação), fazendo seu trabalho rotineiro.

Naquele dia, o Super V estava acessando o site secreto do CVSA... (Centro de Vigilância de Sabichões e Afins), que na Terra é conhecido com Centro de Vigilância Sanitária, para, como de costume, fazer o download de informações de grandiosa importância para o bem daquela humanidade, digo, população extraterrestre. Com algumas informações em mãos, o Super V acionaria sua habilidade de teletransporte para entregar com a máxima eficiência tais informações nos centros comerciais intergalácticos. Mas exatamente no momento da impressão das informações, eis que adentra pela sala de controle o chefe supremo daquele quartel general, lá também conhecido como PREFEITO. Começou a folhear as informações e viu que uma empresa em particular fazia parte das informações, solicitando a todos os Super Vs que os lotes daqueles produtos fossem imediatamente retirados dos centros comerciais intergalácticos.

Ele achou aquilo um absurdo, abuso de poder e ordenou imediatamente a suspensão de qualquer teletransporte para os centros comerciais, pois aquilo poderia prejudicar a empresa, fechá-la e causar a demissão de todos os funcionários. Quando o PREFEITO deu as costas ao Super V, o mesmo foi hipermegarrápido e se teletransportou para todos os centros comerciais de sua jurisdição, fazendo jus às suas obrigações legais. Felizmente, nenhum daqueles problemas mencionados foi encontrado.

No mesmo dia solar, o líder da empresa que constava numa das informações do CVS solicitou explicações, cara a cara, de o porquê daquilo ter sido feito, que se tratava de abuso de poder, que poderia arruinar qualquer empresa, que o CVS deveria, antes de mais nada, consultar a empresa antes de emitir qualquer comunicado e ainda esbravejou: – “Eu vou processar o CVS porque isso não se faz, eu poderia ter sido arruinado, é um absurdo e imediatamente vou acionar o meu advogado, que é meu amigo. Imaginem



só, amigo e advogado.” E literalmente soltou esta:

– “O advogado é meu amigo e nada me faltara!”

Desse dia em diante o Super V nunca mais fez o download de informações do CVS diretamente do quartel general (aqui conhecido por prefeitura), mas sim de outras fontes mais seguras.

Só para constar, o advogado nunca entrou com processo algum, primeiro porque ele era de uma espécie um pouco mais evoluída que a do dono da empresa (aqui conhecido como burro).



O amigo do prefeito

Tânia Silva
Minas Gerais

Estávamos realizando uma vistoria na padaria do Zé, em uma cidade de Minas. Ele, muito nervoso, disse: – “Vou procurar meu amigo prefeito para vocês pararem de encher meu saco”. Muito sentida, a fiscal respondeu: – “Então me leva junto, Seu Zé, porque ele é quem me paga para encher seu saco. E caso ele mude de ideia e me autorize a ficar em casa, vou ser o mais novo funcionário fantasma da praça”.



O chefão é meu irmão de igreja

Ronildo Alves Correa dos Santos
Minas Gerais

Num determinado dia, na salinha da VISA entupida de produtos com datas de validade expiradas, recebemos uma denúncia de um estabelecimento, que procedia. Fomos fazer a inspeção e apaziar as irregularidades encontradas no TOC (termo de obrigações a cumprir).

Voltamos para fazer a reinspeção e tivemos a surpresa: o Seu Zé não tinha sanado as irregularidades e nos disse que era perseguição política, que havia ligado para o diretor regional, segundo ele, seu irmão de igreja. Também disse ter falado com o coordenador regional, que o instruiu a ficar como estava e iria ligar para a nossa equipe para minimizar a situação.

Depois de todo esse bafafá, veio a equipe da regional para averiguar a situação. Após nossa chegada, o Seu Zé tentou fugir, mas não deu, conseguimos pegá-lo no pulo, que, coitado, quase sofreu um infarto. No término da inspeção, Seu Zé ficou igual a um camaleão, mudando de cor e tentando se explicar à sua irmandade.



Porcos na delegacia

Francisco Carlos Pasti
São Paulo

Estou na Vigilância Sanitária desde 1984 e nestes anos todos teria centenas de histórias para narrar.

Desde o início, aprendemos que tínhamos que ser fiscal, mediador, advogado e juiz, para podermos solucionar os inúmeros problemas que nos chegavam. Além da Saúde Pública, já atuávamos na Saúde do Trabalhador, Meio Ambiente e como engenheiro, pois analisávamos projetos de habitação e indústrias e em campo verificávamos a veracidade do construído com o projetado; estando em acordo, expedíamos o habite-se ou licença.

No início foi mais difícil de colocar em prática o que aprendia, sendo que fiscalizava um bairro em Botucatu e vários municípios que nos pertenciam e que até então não contavam com vigilância mais efetiva, visitando-os duas a três vezes ao mês, intercalando-os conforme prioridades. Observo que as viagens eram feitas de ônibus, não havia viaturas.

Final dos anos 80, numa dessas cidades, quando já há algum tempo vinha tirando criações de porcos dos quintais das residências, vieram denunciar que não seria justo tirarem-se os porcos, sendo que na delegacia da cidade havia uma grande criação.

Retornando a essa localidade, fui até a delegacia para verificar o que relataram. Com surpresa vi no pátio um cercado com 17

porcos. Descobri que eram da escritã, a qual concedi 15 dias para tirar os porcos, limpar o local e desfazer o cercado. Como o delegado estava junto, propôs conversarmos e rapidamente eu estava no meio de uma roda com cinco policiais, três investigadores, a escritã e o delegado, que me indagava dizendo:

– “Mas me diga uma coisa, fiscal, se a nossa grande amiga não quiser tirar os porcos, o que você vai fazer, fiscal?!”

– “Irei autuá-la e, se vencido o prazo, será multada.”

– “Mas se ela pagar a multa e não quiser tirar os porcos, o que vai fazer, fiscal?”

– “Continuarei multando até o máximo.”

– “E pagando o máximo, o que vai fazer, fiscal?”

Já que o tom da conversa não era muito amigável, disse-lhe:

– “Como se trata de um problema de saúde pública e vocês estão atrapalhando o meu trabalho aqui na cidade, terei que chamar a polícia para me ajudar a solucionar esse problema, mas pelo jeito não a daqui.”



O delegado levou um susto e mudou seu tom ameaçador, dizendo:

– “Então você tem o poder de polícia?”

– “Claro que sim; e acho que seu superior não aprovaria sua atitude.”

– “Não, não se preocupe, fiscal, se é assim, não vou atrapalhar seu trabalho, garanto que serão tirados todos os porcos e que hoje mesmo começaremos a matá-los.”

Enquanto esperava o ônibus para ir embora, a escrivã passou por ali e me disse:

– “Olha, fiscal, não se preocupe, pois já começamos a matar os porcos. Coitado do Chico, ele era tão legal, foi uma pena ter que matar o Chico, coitado do Chico.”

– “Só que não adianta matar somente o Chico, terão que matar todos.”



Após 15 dias, constatei que realmente a delegacia estava sem os porcos e tinham limpado o local. Quando achei que estava resolvido o problema, fiquei sabendo que apenas transferiram os suínos para o quintal do marido da escrivã, o qual também possuía um bar e era conhecido na cidade como ex-torturador do DEIC. Usava na cintura um 38 e apavorava as pessoas do local. Quando, após verificar a irregularidade, disse-lhe que seria autuado, começou a esbravejar que nunca ninguém o tinha ferrado e justo eu, que quando fiz varias exigências para a melhoria de seu bar ele tinha feito. Expliquei que uma coisa independia da outra e que os porcos estava em sua propriedade e eram os mesmos que estavam na delegacia. E se não assinasse o AI não teria direito ao recurso. Daí me falou:

– “Então vou ligar para a delegacia.”

– “Ligue para quem você quiser.”

– “‘Muié’, desce agora mesmo aqui no bar, o fiscal está me multando, só que não vou assinar nada, os porcos é seu.”

A escrivã desceu rapidinho e com muita má vontade assinou o AI.

Expliquei ao diretor o caso complicado que se passava, inclusive com ameaças, e que queria que me acompanhasse pelo menos uma vez, para dizer que essa ação era um trabalho de Vigilância e não perseguição a ninguém. Disse-me que não iria e se quisesse mandaria uma viatura para me acompanhar no final. De que me adiantaria ir uma vez com a polícia de Botucatu se constantemente estaria indo a essa localidade (vocês devem conhecer a chefia de gabinete).

Passando o tempo hábil, voltei ao local para averiguação e fui recebido com aquele discurso demagogo bem conhecido:

como realmente tinha sido sanada a irregularidade, ele fez questão de mostrar cinco freezers abarrotados com os porcos congelados, pois mesmo eu querendo prejudicá-lo, queria provar que ainda me considerava , presenteando-me com um pernil. Mesmo insistindo na recusa de tal "presente", falou-me que se não fosse buscá-lo, iria colocar o pernil no ônibus Percebendo a armação, nesse dia consegui ir embora de carona. Imaginem o que poderia ter acontecido numa terra onde imperava o coronelismo e poder corrupto.

Mas, depois desse fato, consegui manter o nível de conscientização da população sobre saúde pública e meio ambiente e que, para realizar-se vigilância, deve-se ter imparcialidade e igualdade nas ações e aplicação das leis sanitárias.

Como não há mais tempo para escrever outras histórias, se for de interesse descreverei mais algumas.



É igual, mas certamente não é o meu

Aloísio de Souza Sabença
Rio de Janeiro

Meados de 2002, em uma cidade da região Médio Paraíba do estado do Rio de Janeiro foi inaugurado o Centro de Controle de Zoonoses.

Um belo dia, uma guarnição do Corpo de Bombeiros acionou a equipe do CCZ para verificação de um cavalo que havia caído de um barranco. Dirigimo-nos para lá. Não fomos informados do local onde o cavalo havia caído.

O animal estava em decúbito lateral e ao examinarmos verificamos que havia uma fratura exposta no membro anterior direito.

Os veterinários do CCZ estavam trocando ideia de como remover o animal do meio da via pública e sobre o sacrifício do mesmo.

Os curiosos se aglomeravam em volta do animal. O bicho estático no chão parecia até entender qual seria a decisão da equipe: "sacrifício".

Accionada a Secretaria competente para remoção do animal, antes de iniciarmos os protocolos para eutanásia apareceu um cidadão se dizendo dono do animal e que ninguém tinha autorização para sacrificar o animal dele.

Dizia o cidadão: – "Olha! Quero ver quem vai matar meu animal!"

Com um tom até agressivo, insistia em dizer que o animal era dele e queria que todos se afastassem.

Passado alguns minutos de bate-boca: mata, não mata, surgiu no meio da multidão um morador do bairro, que perguntou ao suposto dono do cavalo: – "Este cavalo é seu?" – "É meu, sim. Algum problema?"

– "Acompanhe-me" - falou o cidadão.

Atravessamos a rua acompanhando os dois. Havia um barranco acima da garagem da casa do tal morador. Avistamos ali mato amassado. A garagem de madeira e o telhado de amianto totalmente destruídos. Embaixo dos escombros um veículo de passeio com o teto todo destruído. O morador disse: – "Veja o que seu cavalo fez com minha garagem e com meu carro! Se o cavalo é seu, você terá que arcar com o prejuízo que ele me deu."



Na mesma hora o suposto dono, pego de surpresa, disse: – “Devo olhar melhor aquele cavalo.”

Voltamos ao local. Ele olhou. Procurou estrela na testa (que não possuía). Falou que o cavalo tinha uma mancha. Rapidamente olhou para o cidadão e para a equipe e com outro tom de voz falou: – “Olha, este cavalo se parece muito com o meu.”

Cheguei a me confundir. Saindo de fininho, falou: – “Pode sacrificar! Tenho absoluta certeza de que este cavalo não é o meu. Fuiiiii!”

E saiu correndo.



O queijo

Cláudia Parma Machado
Minas Gerais



Verão do ano de 1991. Fazia muito calor, intercalado com dias chuvosos. O telefone tocou no Departamento de Vigilância Sanitária e alguém, do outro lado da linha, afobado, explicou o que aconteceu. Era o dono de um grande supermercado, dizendo que um fiscal da vigilância sanitária municipal havia interditado um lote de queijos, com a alegação de estarem com “odor fétido, consistência alterada e coloração esverdeada, indicando estado de putrefação adiantada”. Tentei acalmar o dito cidadão, procurando entender melhor o que estava acontecendo. Ele explicou o que ocorreu e fiquei preocupada com o teor do seu relato. Resolvi ir ao supermercado investigar, mas antes iniciei uma conversa com o fiscal sanitário que interditou o lote de queijos e pedi-lhe para ir comigo ao estabelecimento. Quando lá chegamos, as dúvidas que eu ainda tinha viraram certezas: um grande lote de queijos Roquefort e Gorgonzola havia sido interditado!!! Com muita habilidade, expliquei ao dono do estabelecimento que esses alimentos eram pouco conhecidos pela

vigilância sanitária até o momento em que o então Presidente Fernando Collor abriu, ou melhor, “escancarou” a importação de alimentos para o Brasil. Antes dessa medida - expliquei - os queijos refinados eram comercializados em pouquíssimos estabelecimentos, considerando o alto valor da mercadoria e o raro acesso pelo cidadão comum. Depois das importações em massa, a comercialização desses queijos pôde ser observada em praticamente todos os locais de venda. Após os esclarecimentos, o lote foi desinterditado. Até hoje me recordo desse episódio inusitado e agradeço aos céus pelo fato daquele fiscal não ter inutilizado os queijos julgados “podres” e por não ter percebido que ainda havia lotes de queijo Cammerbert no depósito do supermercado!!! Moral da história: se a vigilância sanitária não conhecer o seu objeto de trabalho e não acompanhar as mudanças tecnológicas impostas pelo mercado capitalista, dificilmente terá êxito no seu maior preceito: proteger a saúde da população.



A radiação que fazia bem!

Margot Schmidt
Paraná

Usávamos bip para atuar em emergência radiológica em conjunto com a defesa civil. Era sábado à tarde e fomos chamados pelo Corpo de Bombeiros. Uma pessoa havia achado no lixo uma caixa contendo um símbolo desconhecido e o seguinte texto: "Esta radiação irá lhe fazer bem!" Como havia tomado conhecimento de nosso trabalho e do perigo com materiais radioativos, acionou a emergência. Dirigimo-nos para lá munidos com diversos equipamentos medidores de radiação, dosímetros com alarme e todos os acessórios necessários. Resultado: era uma caixa de cabala que algum místico deve ter descartado no lixo!



Loucuras da VISA

**Maria Alice de Almeida
Minas Gerais**

Era uma inspeção em hospital psiquiátrico. A VISA estadual acompanhava a VISA municipal de uma grande cidade de Minas Gerais.

Percorrendo as instalações do hospital, a equipe de fiscalização foi acompanhada por alguns dos internos, que iam falando sem parar, ora pedindo cigarro, ora “falando pelos cotovelos” e outros iam apontando as irregularidades do hospital, como “as paredes estão sujas, a descarga de tal vaso sanitário não funciona, as roupas de cama estão ruins” e por aí... O responsável pelo estabelecimento, constringido com o comportamento “dos doidos”, logo deu um jeito de “sumir com eles”.

Continuando a inspeção, percebeu-se que ao longo de um corredor do hospital, cujo piso era revestido por placas de paviflex, este apresentava algumas falhas no revestimento. Faltavam algumas placas do revestimento aqui e acolá. Quando questionado pelo estado de conservação do piso, o diretor do hospital, um médico muito conhecido na cidade pela sua “esperteza”, tratou de explicar o que acontecia: – “Aqui tem um doido que gosta de comer paviflex. A gente recompõe o piso, ele vem e tira a placa para comer”.

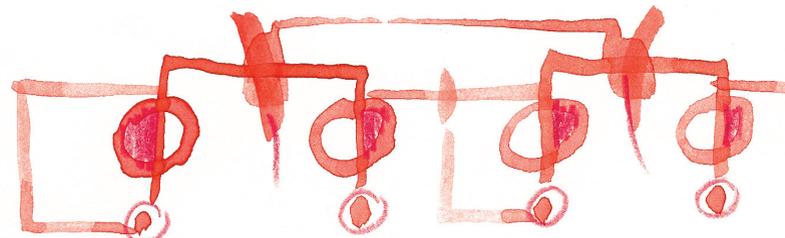
Certamente aqui se aplica o ditado – de médico e de louco, todo mundo tem um pouco...

Dez estrelinhas

Maria Natália da Conceição Silva Bastos
Minas Gerais

Estávamos novamente eu e Lila em inspeção num município de Minas, numa tarde seca de outono, no ano de 2008. Eu estava de pé, explanando para o dentista como deveria ser o fluxo correto de esterilização. No outro canto, Lila, totalmente concentrada, redigia o termo de inspeção. Um som seco, porém alto, encheu subitamente o ambiente. Olhei em sua direção e o que vi foi no mínimo bizarro. Lila caía como que em câmera lenta, com os pezinhos para o ar, presa à cadeira, que abrira uma das pernas. Corremos e tentamos levantá-la, o que não foi possível devido ao fato de que o traseiro dela estava literalmente preso à cadeira com as três pernas normais e uma tombada para o lado. Concentrei-me na tarefa de “desentalar” minha amiga, já que o dentista se mantinha estático, como que em choque. Posso até imaginar os inúmeros pensamentos absurdos que ele deve ter tido naquela fração de segundos. Aquela era uma situação deveras delicada, imaginei. Mas nada que eu não pudesse contornar, já que ao longo dos meus 20 anos dedicados à Odontologia presenciei cenas surreais. Como o dia em que um paciente adulto deixou escapar em alto e bom som um “pum” gigantesco e eu fiquei séria, mordendo os lábios por baixo da máscara, mas dei conta do recado até o fim da consulta. O dito cujo, porém, não voltou mais para concluir o tratamento. Ora, pois agora eu não tinha mais a máscara, mas tinha a experiência e isso é o que manda nessas horas críticas. Mandei ver, levantei Lila, certifiquei-

me de que ela não havia se machucado, fiz um breve comentário sobre a má qualidade da cadeira, ao que o dentista concordou solícito! Ela foi se refazendo enquanto suas bochechas se incendiavam e eu voltei categoricamente à minha explanação. A secretária no outro canto virou-se para o lado, mas nenhum som suspeito de risos foi ouvido, ainda bem. Então estava bem assim, o dentista assinou o termo e saímos do consultório. Lá fora o vento era intenso e assanhava nossos cabelos. Lila parou de frente para mim, fitou-me bem nos olhos e lascou: – “Amiga, você brilhou, hein, nem um risinho, merece ganhar dez estrelinhas!” E dizendo isso desatou numa gargalhada solta, dessas de sair água dos olhos. Aquilo já era demais. Já que ela não ligava, eu é que não ia mais ligar. Fiz companhia a ela no festejo, voltamos para o carro em coro e durante todo o trajeto revivemos nossos melhores momentos, para deleite do motorista!!!



Falso dentista, falso alemão!

Regina Câmara Santana
Lília Márcia de Almeida
Minas Gerais

Ano do fato: 2005

Em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, houve uma denúncia de que um falso dentista estaria realizando extrações dentárias pelo preço irrisório de um real (R\$ 1,00).

Fomos eu e outro fiscal sanitário de estabelecimento de saúde ao local para averiguar a denúncia, entre ruas e becos, entre pequenos comércios, com intensa circulação de crianças e animais domésticos. O estabelecimento localizava-se no segundo pavimento e o acesso era por meio de uma escada de aproximadamente 40 degraus, sem corrimão e sem guarda-corpo.

Ao bater à porta e esta ser aberta, observamos que se tratava de apenas um cômodo com uma luz de penumbra, uma cadeira odontológica no centro do quarto, uma cama de solteiro com roupas de cama sujas e fétidas e uma mesa de cabeceira com algumas

garrafas de bebidas como conhaque e cachaça, além de uma mesa de apoio com alguns instrumentais como agulhas, boticão, tesouras e anestésicos. O local cheirava a bebida, mofo e poeira. Um senhor imenso em estatura e largura apareceu à porta. Após cumprimentá-lo diplomaticamente explicamos que trabalhávamos na Secretaria de Saúde e estávamos ali para conhecer seu consultório. Pedimos sua carteira de identidade e verificamos que se tratava de um documento com nome alemão e que a foto em nada se parecia com aquela pessoa que se apresentava a nós.

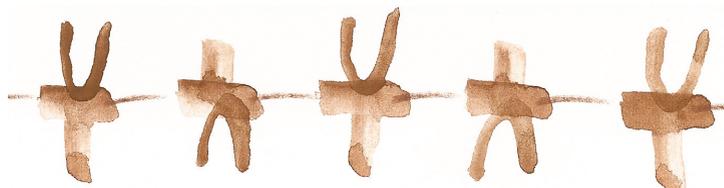
Despedimo-nos rapidamente e saímos receosos de que houvesse uma arma apontando para nós.

Fomos imediatamente à delegacia de polícia mais próxima e realizamos uma ação conjunta de interdição do consultório e prisão do falso dentista e falso alemão.



Histórias da VISA Real

Simone Ribas
Distrito Federal



Estávamos participando pela ANVISA da organização da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu em 2007, e fomos a todos os estados para incentivar as equipes de Vigilância Sanitária para participarem do processo de realização das conferências de saúde.

Durante a realização das conferências estaduais, aprendemos muito, conhecemos pessoas interessantes e vivenciamos situações inusitadas. Vou contar algumas para vocês:

Amapá – durante a realização da conferência, um grupo indígena acampou nas dependências da FUNASA, reivindicando melhorias na situação de saúde. Tivemos participação na solução do conflito, pois providenciamos o transporte para o local da manifestação e ajudamos o representante do Conselho Nacional de Saúde na interlocução entre o movimento indígena e a FUNASA.

Roraima – os agentes comunitários do estado estavam em greve e fizeram uma manifestação na conferência, no momento da apresentação do representante da ANVISA na mesa. Ele teve que interceder na sua fala para evitar que houvesse um conflito entre os manifestantes e a Secretária de Estado da Saúde.

Piauí – estávamos participando da mesa sobre a vigilância sanitária e saúde do trabalhador, quando fomos informados que algumas pessoas estavam com suspeita de intoxicação alimentar no evento. Ficamos muito preocupados com a situação, mas felizmente não foi confirmado o surto em razão de alimentação da conferência.

Brasília – na Conferência Nacional de Saúde, estavam prontos os estandes com os materiais para distribuição, mas infelizmente ocorreu atraso na entrega das bolsas para os delegados. Entre os livros, cartilhas, jogos, CDs e demais materiais que levamos para distribuição no estande da ANVISA, tínhamos sacolas plásticas com o emblema do PDVISA. Resultado: nosso estande foi o mais concorrido no primeiro dia, em razão da procura pelas bolsas para a guarda dos demais materiais. Mas continuamos fazendo sucesso nos outros dias da conferência porque levamos materiais muito interessantes e a nossa equipe do estande era “a mais simpática” da conferência.

Ninguém merece...

Soraya Campos Babo
Rio de Janeiro

Quinta-feira pela manhã, depois de cinco dias na praia, sol e samba durante todo o carnaval, de plantão ainda com vontade de ficar de folga, chegou uma jovem senhora, nos seus trinta e poucos anos, carregando uma caixa de isopor nas mãos. Solicitou que a reclamação fosse feita para uma mulher, pois assim ela se sentiria mais à vontade. Gentilmente, convidei-a para um local mais reservado, com o bloco de reclamações nas mãos para fazer minhas anotações.

Ela começou com aquele discurso de que a vida estava muito cara, que criar filhos era difícil e relatou que durante o carnaval manteve relações sexuais com um ex-namorado e que depois percebeu que a camisinha havia furado!

A pergunta que eu nunca deveria ter feito. – “E o que tem essa caixa de isopor em suas mãos a ver com esse fato?” A reclamante, sem cerimônia, exclamou: – “Eu trouxe a camisinha furada para a senhora analisar!!!” Comecei a ficar nervosa e a falar que não era necessário apresentar a dita camisinha, que com apenas o nome da empresa fabricante, a validade e o lote, realizaríamos a coleta no comércio. Durante a explicação, ela foi abrindo a caixa, que se encontrava caprichosamente fechada, pois o material havia sido cuidadosamente congelado para que estivesse em boas condições de sua apresentação durante a reclamação.



Interdição dá "cadeia"

Suely Vidigal
Paraná

Em 1988, estando há dois anos desenvolvendo ações de Vigilância Sanitária na área de serviços e sendo a primeira enfermeira da VISA do Paraná, fui com uma colega da equipe regional fazer uma inspeção em um hospital de pequeno porte do interior.

Chegando lá, fomos recebidas pelo diretor, que fez questão de mostrar a rede de monitoramento de seu hospital. Ficamos surpresas com o investimento, pois o hospital, mesmo sendo novo, não apresentava condições de funcionamento. Lembro-me de uma pia de lavagem de roupa contígua à residência do proprietário. Entendemos naquele momento que o estabelecimento não tinha condições de funcionamento.

Como estava grávida de seis meses, minhas colegas resolveram me "proteger dos sobressaltos" do diretor, dentre os quais minha colega foi ameaçada de morte em sua residência e eu fui denunciada para um programa de televisão denominado "cadeia". Levei um susto ao ouvir a seguinte frase: "A enfermeira que não quer liberar a licença sanitária do único hospital da cidade... Cadeia pra ela".



A sorte do frei

Teresa Machado Pereira
Distrito Federal

A inspeção da Unidade de Coleta e Transfusão estava sendo concluída quando fui chamada por uma funcionária do hospital para atender ao telefone. Era uma das colegas que faziam parte da equipe de inspeção em outro município, dizendo que havia sido incumbida de nos informar que o homem da “voadeira” não iria nos pegar no município em que estávamos conforme havia combinado anteriormente, porque só havia nós duas como passageiras e o valor das passagens não compensaria.

Foi no ano de 2004. Naquela semana haviam sido montadas três equipes, compostas de técnicos da Vigilância Sanitária do Amazonas e de outros estados, para inspeção nos serviços de hemoterapia em três municípios, os quais, entre outras características da região, a dificuldade de acesso se destacava. Partimos de avião de Manaus até o município mais próximo, depois viajamos de barco durante 12, 18 e 24 horas até chegar ao destino de cada equipe. Quando retornei do telefonema e comuniquei o fato, minha companheira nordestina se desesperou. Afinal, ela tinha saído do seu estado no domingo e já era quinta-feira. Estávamos viajando desde segunda-feira, chegamos ao município na quarta e teríamos que estar no aeroporto antes das 12 horas do dia seguinte. Foi quando coloquei em ação o meu “plano B”. Como nativa da região e também como assídua viajante em trabalho de Vigilância Sanitária desde 1992, sabia muito bem driblar as dificuldades constantemente enfrentadas naquela região. Fomos à prefeitura, expliquei nossa

situação ao Secretário de Administração do município, solicitando ajuda para que fôssemos levadas até onde o barco partiria no dia seguinte. É claro que nos oferecemos para pagar o combustível. Algumas horas depois, o secretário foi nos encontrar no restaurante informando que às quatro horas da tarde uma “voadeira” estaria nos aguardando no porto e que não precisaríamos pagar o combustível. Embarcamos na hora marcada e seguimos, deliciando-nos com a bela paisagem amazônica, durante duas horas seguidas de viagem. No fim, gratificamos o simpático funcionário destacado para aquela missão.

Quando subimos o barranco do porto, nossas colegas ficaram contentes em saber que nossa volta para casa estava garantida, mas deram-nos outra má notícia. O único hotel existente na cidade estava lotado. Elas haviam conseguido hospedagem em determinado local, providenciado pelo funcionário do hospital, mas não havia espaço para nós. Novamente entrei em ação: olhei ao redor e visualizei o mais imponente prédio da cidade, o complexo da



Igreja Católica. Apresentamo-nos ao religioso responsável e solicitei um cantinho para dormirmos naquela noite. Logo após, estávamos colocando nossas bagagens em um quarto na casa paroquial. Com ares de vitoriosas saímos ao encontro das outras colegas, que estavam na pracinha aguardando o resultado da nossa ousadia e, às gargalhadas, seguimos para o restaurante.

No caminho, ouvimos alguém que vinha quase correndo, chamando pelo meu nome. Apresentou-se ao grupo dizendo ser um frei, que havia sabido que éramos hóspedes da casa paroquial, que também iria viajar conosco na manhã seguinte e que a viagem seria ótima, porque era um religioso e nos daria muita sorte. Disse também que nos acordaria e tomaríamos café com ele antes de irmos ao porto.

No dia seguinte, cumpriu essa parte da promessa. Tomamos um farto café da manhã, com direito a queijo e mortadela. Porém, a promessa de sorte começou a ser desobedecida, quando ficamos no porto aguardando a “voadeira” que devia partir às cinco horas, mas só chegou às seis. Soubemos depois que demorou porque tinha ido buscar um passageiro no dito município em que nos encontrávamos no dia anterior. Até o lugar em que pegaríamos o

avião, o barco veloz, que fazia normalmente o trajeto em seis horas, levou oito horas. Pois é, a cada hora de viagem o barco parava, devido à pane no motor. O “barqueiro” fazia alguns reparos e seguíamos novamente, até a próxima parada. No meio desse suplício, passamos no município onde estava a terceira equipe que, somada aos demais passageiros, completou a capacidade de lotação da pequena embarcação. Debaixo de um calor escaldante, morrendo de medo de explosões, pois dentro dos limitados e desconfortáveis espaços do barco havia galões plásticos carregando combustível de reserva, era silêncio total. De vez em quando, dávamos uma olhadela para o nosso emissário de sorte, que, encolhido no banco, baixava os olhos para não nos encarar. Conclusão: perdemos o voo, tivemos que passar o fim de semana no município à nossa custa, pois as diárias que recebemos já haviam sido utilizadas no pagamento das passagens de barco, hospedagem, exceto na casa paroquial, é claro, e alimentação, mas nos divertimos muito naquele fim de semana.

Na segunda-feira, quando voltávamos, fomos surpreendidos por forte turbulência na chegada a Manaus. Mesmo naquele sufoco, minha companheira de equipe e eu nos olhávamos. Quando o susto passou, comentamos que ainda estávamos sob o efeito da “sorte do frei”.



VISA! Mil e uma utilidades...

Ewerton Barcelos Lacerda
Minas Gerais



A população sabe e reconhece a existência da VISA em nosso município, mas desconhece suas verdadeiras funções e atribuições, apesar de todas as ações pedagógicas realizadas com a comunidade.

Um determinado dia, estávamos em nossa sala “cedida”, quando, de repente, chegou uma senhora de aproximadamente 58 anos, totalmente esbravecida, exigindo que fôssemos até a sua casa urgentemente tomar providências quanto às galinhas de sua vizinha, que estavam comendo sua horta e defecando em sua porta. Depois de oferecê-la água, cafezinho, explicamos-lhe cautelosamente que não tínhamos embasamento legal para tal procedimento.

Depois, aparentemente mais calma, orientamos tal senhora a entrar em acordo com sua vizinha, mas ela, novamente se demonstrando irritada, virou e disse: – “O marido dela é um ignorante e se eu falar algo com eles vai dar briga”. Daí orientamos que se houvesse essa possibilidade de briga e se tivessem se esgotado todas as possibilidades amigáveis, que procurassem a polícia.

– “Vou chamar a polícia é para vocês, que não querem fazer sua obrigação. Vocês recebem é para resolver qualquer problema da população, independentemente de qual seja”.

É mole! Quem será o “ignorante”?

Transporte em porta-malas

Autor não localizado
Rio Grande do Sul

Tratava-se de barreiras de fiscalização integrada visando ao transporte de alimentos com foco em comércio de carne clandestina, estando presentes as secretarias de Saúde, Agricultura e Fazenda de um município do interior do Rio Grande do Sul. Estavam sendo fiscalizadas a procedência sanitária e a documentação de notas fiscais que deveriam acompanhar os produtos. A Brigada Militar integrava a ação conferindo documentos do condutor e condições dos veículos. Essa operação era realizada periodicamente nas vias de acesso desse pequeno município. Fatos pitorescos ficaram na memória:

Um figurão, muito conhecido na cidade, apontou na estrada e diminuiu a velocidade mostrando-se indeciso e aparentando querer dar meia-volta. Foi abordado primeiramente pela Brigada Militar, apresentou os documentos exigidos e argumentou que o veículo era de um modelo do ano, “novinho em folha” e por isso não necessitaria abrir seu porta-malas para averiguação dos equipamentos obrigatórios pelas leis de trânsito, tais como triângulo e pneu estepe. Todos haviam notado que o veículo aparentava estar

transportando algo, visto que a traseira apresentava-se mais baixa do que o normal. A Vigilância Sanitária suspeitou tratar-se de transporte de carne clandestina, pelo comportamento nervoso do condutor. Após muita resistência do figurão e insistência dos agentes fiscalizadores, foi aberto o porta-malas e, para surpresa de todos, viu-se uma pobre moça assustada, dessas que frequentam casas de diversão noturna, local de destino dos dois. Concluiu-se que a irregularidade encontrada foi a atitude clandestina do figurão, pois ele era casado...

Outro fato: um ônibus que transitava por essas linhas de interior de chão batido, com muita poeira... em um dia infernalmente quente de verão foi abordado em uma dessas barreiras. Ao abrir-se o bagageiro, dentro do estepe foram constatados, no espaço do aro da roda, vários quilos de linguiça fresca. Nem o motorista nem o cobrador sabiam como aquilo fora parar ali...!!!? O produto foi apreendido pela VISA por não ter procedência e por estar em condições sanitárias impróprias. Nenhum dos passageiros se apresentou como responsável ou defendendo prejuízo...



ISBN : 978-85-60914-04-3



Realização



UFMG

Apoio

